



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

Parecer

No cumprimento do estabelecido na Lei nº 43/2006 de 25 de Agosto, sobre o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações elaborou um relatório sobre a “Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que revoga o Regulamento (CEE) nº 954/79 do Conselho, respeitante à ratificação pelos Estados - Membros da Convenção das Nações unidas relativa a um Código de Conduta das Conferências Marítimas ou à adesão destes Estados à Convenção” - COM (2006) 869.

II. Analisado o relatório supracitado verifica-se que:

1. De acordo com a análise elaborada pela Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, não se verifica a violação do princípio da subsidiariedade, conforme o disposto no artigo 3º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto.
2. A mesma Comissão considerou também que a iniciativa está em conformidade com o princípio da proporcionalidade.
3. Acresce, ainda, que a matéria em causa não se insere no âmbito da competência legislativa reservada da Assembleia da República, não se aplicando, como tal, o artigo 2º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS**

Parecer

Assim, a Comissão dos Assuntos Europeus é de parecer que o processo de escrutínio parlamentar da “Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que revoga o Regulamento (CEE) nº 954/79 do Conselho, respeitante à ratificação pelos Estados - Membros da Convenção das Nações unidas relativa a um Código de Conduta das Conferências Marítimas ou à adesão destes Estados à Convenção” - COM (2006) 869, se deverá considerar concluído.

Palácio de S. Bento, 17 de Setembro de 2007.

O Deputado Relator

(Honório Novo)

O Presidente da Comissão

(Vitalino Canas)